

Estados tentam acordo para rolar dívida

Adriana Chiarini

Pública

O acordo de rolagem da dívida de 18,4 bilhões de dólares dos estados com a União, bancos e o FGTS pode ser fechado nesta terça-feira. A previsão é do relator do projeto de rolagem da dívida na Câmara Federal, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). Na terça-feira deve ser realizada a reunião para acertar o último ponto problemático do acordo: o limite de comprometimento das receitas dos estados com o pagamento da dívida. A União quer que esse limite seja de 11 por cento no primeiro ano e 15 por cento a partir do segundo. Os estados defendem um percentual de sete por cento por dois anos, sendo negociado novamente após esse prazo.

"Só falta resolver esse limite", diz o deputado Germano Rigotto. Ele acredita que isso seja resolvido na terça-feira mesmo. A data da reunião, porém, ainda não está acertada. A princípio será no dia 4 mesmo, mas ainda não há confirmação da parte do secretário do Tesouro, Murilo Portugal, que foi para Washington com o ministro Eliseu Resende.

Concessão — "Houve um certo avanço porque agora concordamos que o limite de sete por cento seja discutido daqui a dois anos", conta o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Orion Herter Cabral. "Propomos sete por cento porque essa é a média do que os estados vêm pagando nos últimos anos", explica o secretário da Fazenda da Paraíba, José Soares Nuto.

"O secretário da Fazenda do Maranhão, Oswaldo dos Santos Jacinto, informa que no ano passado o estado empregou 19 por cento da sua receita pagando dívidas. "Mesmo o limite que o Governo propõe já nos daria um desfogo", diz o secretário paraibano. Ele argumenta que precisa de mais recursos para obras de saneamento. "Não podemos ficar só pagando pessoal e dívida, precisamos investir também".

O diretor de Crédito Público de Minas Gerais, Hélio Dias, explica com números: "De 65 a 70 por cento da receita de Minas vai para a folha de pagamento, cerca de dez a 12 por cento está comprometida com custeio e o investimento mínimo tem que ficar na faixa de 15 por cento". Ou seja, em geral, sobra no máximo dez por cento para o pagamento de dívida.

Inadimplência — Minas Gerais, Pernambuco e Paraná estão entre os estados que não têm pagamentos vencidos a fazer. São exceções. A maior parte dos estados está inadimplente. "O problema pesa é para quem tem muitos títulos mobiliários", diz o secretário da Fazenda de Pernambuco, Luís Otávio Mello Cavalcanti. Essa dívida, a mobiliária, não entra no acordo de rolagem.

"A Paraíba deve Cr\$ 3,118 trilhões, em dados de 31 de março, que não se incluem na dívida contratual, que é tratada no projeto do deputado Rigotto", diz José Soares Nuto. O secretário da Paraíba conta que sua dívida total é de Cr\$ 25 trilhões, "a quarta maior do País". O estado que deve mais, tanto de dívidas contratuais (do acordo de rolagem) como outras é São Paulo, cuja dívida incluída no acordo supera a soma das dívidas contratuais dos outros dois maiores devedores.

O deputado Germano Rigotto enfatiza que o seu substitutivo ao projeto original do Governo Federal é fruto de várias reuniões entre todos os lados interessados — União, Conselho Curador do FGTS, bancos e estados.

02 MAI 1993 CORREIO BRAZILIENSE